



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Processo nº 168.155/05

CONTRATO Nº 2007/015.0

CONTRATO CELEBRADO ENTRE A CÂMARA DOS DEPUTADOS E A SUN MICROSYSTEMS DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE 07 (SETE) “SERVIDORES” *RISC*, DA MARCA *SUN MICROSYSTEMS*.

Aos dezanove dias do mês de março de dois mil e sete, a CÂMARA DOS DEPUTADOS, situada na Praça dos Três Poderes, nesta Capital, inscrita no CNPJ sob o nº 00.530.352/0001-59, daqui por diante denominada CONTRATANTE, neste ato representada pelo seu Diretor-Geral, o senhor SÉRGIO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Brasília – DF, e a SUN MICROSYSTEMS DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., situada na Rua Alexandre Dumas, Chácara Santo Antônio, nº 2016, São Paulo – SP, inscrita no CNPJ sob o nº 65.497.745/0001-53, daqui por diante denominada CONTRATADA, neste ato representada por seus Procuradores, os senhores MARCOS RIBEIRO JULIEN e LUIZ FERNANDO MALUF, ambos brasileiros, casados, residentes e domiciliados em São Paulo - SP, perante as testemunhas que este subscrevem, acordam em celebrar o presente Contrato, em conformidade com o processo em referência, com a Lei nº 8.666, de 21/06/93, doravante denominada simplesmente LEI, em especial com o *caput* do seu artigo 25, e com o Regulamento dos Procedimentos Licitatórios da Câmara dos Deputados, aprovado pelo Ato da Mesa nº 80, de 07/06/01, publicado no D.O.U. de 05/07/01, daqui por diante denominado simplesmente REGULAMENTO, em especial com o *caput* do seu artigo 21, observadas as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços de manutenção de 07 (sete) “servidores” *Risc*, da marca *Sun Microsystems*, pelo período de 12 (doze) meses, de acordo com as exigências e demais condições e especificações expressas neste Contrato e em seus Anexos e no processo em referência.

Parágrafo primeiro – Fazem parte integrante do presente Contrato, para todos os efeitos:



- a) Proposta da CONTRATADA nº 1502004/1, datada de 20/12/06;
- b) Atestado de exclusividade da empresa para a prestação dos serviços em questão, datado de 06/12/06.

Parágrafo segundo - O valor do presente Contrato poderá ser aumentado ou diminuído em até 25% (vinte e cinco por cento), em razão de inclusão ou exclusão de componentes do objeto, sem modificação de preços e demais condições da proposta, em conformidade com o parágrafo 1º do art. 65 da LEI, correspondente ao parágrafo 1º do art. 113 do REGULAMENTO.

### **CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

A execução dos serviços objeto desta contratação deverá obedecer rigorosamente às condições descritas no Anexo nº 01 a este Contrato.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

Constituem obrigações da CONTRATADA, além de outras que vierem a ser estabelecidas em caráter complementar, desde que se façam necessárias para manter a boa execução dos serviços, aquelas enunciadas no presente Contrato e em seus Anexos.

Parágrafo primeiro - A CONTRATADA deverá estar apta a dar início à prestação dos serviços no prazo máximo de 05 (cinco) dias a partir da data de assinatura deste Contrato.

Parágrafo segundo - Entende-se como “início da prestação dos serviços” o pleno atendimento às condições ofertadas na proposta, em conformidade com os Anexos ao presente Contrato.

Parágrafo terceiro – Todas as obrigações trabalhistas, inclusive aquelas relativas ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e à Previdência Social, são de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, como única empregadora da mão-de-obra utilizada para os fins estabelecidos no presente Contrato.

Parágrafo quarto – A CONTRATADA responderá integral e exclusivamente por eventuais reclamações trabalhistas de seu pessoal, mesmo na hipótese de ser a UNIÃO (Câmara dos Deputados) acionada diretamente como co-Reclamada.

Parágrafo quinto – A CONTRATADA fica obrigada a apresentar à CONTRATANTE, sempre que expire o prazo de validade, a Certidão Negativa de Débito junto ao INSS – CND, o Certificado de Regularidade do FGTS – CRF e a Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.

Parágrafo sexto – A não apresentação das certidões e do certificado, na forma mencionada no parágrafo anterior, implicará a aplicação das sanções administrativas cabíveis.



Parágrafo sétimo – A CONTRATADA fica obrigada a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no momento da contratação.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DAS PENALIDADES**

Pelo não cumprimento de suas obrigações contratuais, execução insatisfatória dos serviços, omissões ou outras faltas, bem como pela não observância rigorosa das condições descritas no Anexo nº 01 a este instrumento, serão aplicadas à CONTRATADA as penalidades previstas no Anexo nº 02 ao presente Contrato.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO, DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE**

O valor total do presente Contrato é de R\$246.768,72 (duzentos e quarenta e seis mil, setecentos e sessenta e oito reais e setenta e dois centavos), a ser pago em parcelas mensais de R\$20.564,06 (vinte mil, quinhentos e sessenta e quatro reais e seis centavos).

Parágrafo primeiro – O pagamento dos serviços prestados à Câmara dos Deputados e por esta aceitos definitivamente será feito mensalmente por meio de depósito em conta corrente da CONTRATADA, em agência bancária indicada, mediante a apresentação, em duas vias, de nota fiscal/fatura discriminada.

Parágrafo segundo – O pagamento será efetuado com prazo não superior a trinta dias, contado a partir do aceite definitivo dos serviços e da comprovação da regularidade da documentação fiscal apresentada, prevalecendo a data que ocorrer por último.

Parágrafo terceiro – Quando aplicável, o pagamento efetuado pela CONTRATANTE estará sujeito às retenções de que tratam o artigo 31 da Lei nº 8.212, de 1991, com a redação dada pela Lei nº 9.711, de 1998, o art. 64 da Lei nº 9.430, de 1996, e demais dispositivos legais que obriguem a retenção de tributos.

Parágrafo quarto – Estando a CONTRATADA isenta das retenções referidas no parágrafo anterior, deverá a comprovação ser anexada à respectiva fatura.

Parágrafo quinto – Ocorrendo a prorrogação prevista na Cláusula Sétima deste Contrato, poderá ser admitido reajuste de preços utilizando-se a média aritmética do IGP-DI (Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna), fornecido pela FGV, e do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), fornecido pelo IBGE.



### **CLÁUSULA SEXTA – DA GARANTIA**

A CONTRATADA prestou garantia de R\$7.403,06 (sete mil, quatrocentos e três reais e seis centavos), correspondente a 3% (três por cento) do valor total do contrato, de acordo com o disposto no artigo 56 da LEI, c/c o artigo 93 do REGULAMENTO.

### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO**

O presente Contrato terá vigência de 19/03/07 a 18/03/08, podendo ser prorrogada com amparo no artigo 57, inciso II, da LEI, c/c o artigo 105, inciso II, do REGULAMENTO.

Parágrafo único – Este Contrato poderá ser rescindido nos termos dos artigos 77 a 80 da LEI, correspondentes aos artigos 125 a 128 do REGULAMENTO.

### **CLÁUSULA OITAVA – DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

A despesa com a execução do presente Contrato, objeto da Nota de Empenho nº 2007NE000425, correrá à conta da seguinte classificação orçamentária:

- Programa de Trabalho:  
01031055340610001 – Processo Legislativo - Nacional
- Natureza da Despesa:
  - 3.0.00.00 - Despesas Correntes
  - 3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes
  - 3.3.90.00 - Aplicações Diretas
  - 3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

### **CLÁUSULA NONA – DO ÓRGÃO FISCALIZADOR**

Considera-se órgão fiscalizador do presente Contrato o Centro de Informática, localizado no 11º andar do Edifício Anexo I da Câmara dos Deputados, que indicará o servidor responsável pela gestão e acompanhamento do Contrato.

### **CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO**

Fica eleito o foro da Justiça Federal em Brasília, Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, para dirimir as dúvidas e questões decorrentes do cumprimento deste Contrato.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

E por estarem assim de acordo, as partes assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, para um só efeito, com 09 (nove) folhas cada, na presença das testemunhas abaixo indicadas.

Brasília, 19 de março de 2007.

Pela CONTRATANTE:

Pela CONTRATADA:

Sérgio Sampaio C. de Almeida  
Diretor-Geral  
CPF nº 358.677.601-20

Marcos Ribeiro Julien  
Procurador  
CPF nº 105.724.948-31

Luiz Fernando Maluf  
Procurador  
CPF nº 781.308.088-20

Testemunhas:      1) \_\_\_\_\_  
                                 2) \_\_\_\_\_

CF/CCONT

**ANEXO Nº 01****DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS****DO OBJETO**

Prestação de serviços de manutenção do *hardware* e *software* básico de 07 (sete) “servidores” *Risc*, da marca *Sun Microsystems*.

Os equipamentos a serem mantidos são os seguintes:

<b>Modelo</b>	<b>Nº de série</b>	<b>Memória</b>	<b>Processadores</b>	<b>Hbas</b>	<b>Discos</b>
SunFireV880	0348AM00E6	8GB	4xUsparcIII+900	1Emulex Lp 9K	6x72GB
SunFireV880	0339AM001F	8GB	4xUsparcIII+900	1Emulex Lp 9K	6x72GB
SunFireV880	308V0050	4GB	2xUsparcIII+900	1Emulex Lp 9K	6x72GB
SunFireV880	311V0023	4GB	2xUsparcIII+900	1Emulex Lp 9802	6x72GB
SunFireV880	0339AM0022	8GB	4xUsparcIII+900	1Emulex Lp 9802	6x72GB
SunFireV880	0349AM006D	8GB	4xUsparcIII+900	2xEmulex Lp 9K	6x72GB
SunFire 4800	0351HH2457	24GB	8xUsparcIII+1.2	4xEmulex Lp9802	1xD240e2xS1

**1. Para a manutenção dos equipamentos relacionados acima devem ser fornecidos:**

- Peças de reposição;
- Versões, “releases” e “patches” de manutenção do sistema operacional Solaris;
- Atualizações e correções de “firmware”;
- Acesso à base de conhecimento no sítio web da SUN;
- Suporte técnico no local (“on site”) e telefônico (serviço 0800);
- Suporte técnico e manutenção na sede da Câmara dos Deputados em Brasília-DF.

**2. Forma de atendimento:**

O atendimento será prestado mediante suporte técnico e manutenção corretiva do tipo “on site” nas dependências da Câmara dos Deputados, em regime 7 x 24 (sete dias por semana e 24 horas por dia), por profissionais especializados.

**2.1** Entende-se por suporte técnico aquele atendimento técnico efetuado mediante contato por telefone, e-mail, sítio web ou presencial para resolução de problemas ou ajuste de configuração e utilização do(s) equipamento(s) ou software, bem como para esclarecimentos de dúvidas sobre a configuração e a utilização dos mesmos.



**2.2** Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a sanar os defeitos apresentados pelo(s) equipamento(s), compreendendo a substituição de peças, ajustes, reparos e correções necessárias para seu perfeito funcionamento.

**3. Prazo de atendimento:** tempo decorrido entre o acionamento do suporte técnico e o início dos trabalhos de manutenção corretiva no equipamento.

3.1 O prazo de atendimento será de 4 (quatro) horas.

3.2 Na comunicação feita pelo CENIN à CONTRATADA serão fornecidas as seguintes informações para abertura da respectiva ordem de serviço:

- número de série ou registro patrimonial do equipamento;
- anormalidade observada;
- nome do responsável pela solicitação e acompanhamento do serviço.

3.3 Todas as peças e componentes mecânicos ou eletrônicos substituídos deverão apresentar padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do(s) equipamento(s), sendo sempre com “material novo e para primeiro uso”.

3.4 Em caso de fato superveniente, a substituição de peças e componentes mecânicos ou eletrônicos de marcas e/ou modelos diferentes dos originais, poderá ser efetuada, somente após análise e autorização da Câmara dos Deputados.

#### **4. Relatórios Técnicos:**

4.1 Os chamados técnicos feitos pelo CENIN serão registrados pela CONTRATADA para acompanhamento e controle da execução dos serviços.

4.2 A CONTRATADA apresentará um relatório de visita, contendo data e hora do chamado, do início e término do atendimento, identificação do defeito, do técnico responsável pela execução do serviço, providências adotadas e outras informações necessárias.

4.3 O relatório será assinado por servidor do CENIN na condição de responsável pelo acompanhamento dos serviços.

4.4 A CONTRATADA informará imediatamente ao CENIN qualquer anormalidade constatada na execução dos serviços e, no menor espaço de tempo possível, reduzirá a termo a comunicação, acrescentando todos os dados e circunstâncias julgados necessários ao esclarecimento dos fatos.

#### **5. Outros aspectos relacionados à execução dos serviços:**

5.1 A Câmara dos Deputados poderá efetuar a conexão dos equipamentos mantidos a outros, bem como adicionar componentes, compatíveis





tecnicamente, sem prejuízo das condições de garantia de funcionamento previstas neste projeto, facultado à mantenedora o acompanhamento de tais atividades.

5.2 Além do estatuído neste projeto, a CONTRATADA cumprirá as instruções complementares do CENIN quanto à execução e horário de realização dos serviços, permanência, vestuário e circulação de seus empregados nas dependências da Câmara dos Deputados.

## **6. Do Aceite e do Pagamento:**

6.1 O Aceite de Atendimento será emitido mensalmente pelo CENIN, condicionado ao cumprimento das seguintes condições:

- aprovação de todos os relatórios de atendimento do mês de referência, sem ressalvas;
- os relatórios de atendimento deverão ser individualmente aprovados pelo CENIN, considerando as condições especificadas neste Anexo;
- a existência de irregularidades ou não conformidades nos relatórios e conseqüente não aprovação, impedirá a emissão do Aceite de Atendimento do mês, até que as mesmas sejam completamente sanadas e os relatórios aprovados, independente das penalidades especificadas no Anexo nº 02 a este Contrato;
- observância da forma e prazos de atendimento especificados neste Anexo.

6.2 A não observância impedirá a emissão do Aceite de Atendimento do mês até que os problemas sejam sanados, independente das penalidades especificadas no Anexo nº 02 a este Contrato.

6.2 O pagamento será efetuado por meio de parcelas mensais de mesmo valor durante a vigência do Contrato.

6.3 O pagamento da parcela mensal está condicionado ao Aceite de Atendimento do mês referente, conforme definição do subitem 6.1 deste Anexo.





**ANEXO Nº 02**

**DAS PENALIDADES**

1. O descumprimento das obrigações contratuais, nos termos da Cláusula Quarta do Contrato, sujeita a CONTRATADA às seguintes penalidades:

<b>INFRAÇÃO</b>	<b>VALOR</b>
1. Deixar de cumprir prazos e condições de atendimento, dentro do período previsto, conforme especificado no Anexo nº 01 a este Contrato, por hora de atraso.....	0,1% do valor total do Contrato
2. Deixar de utilizar, quando da execução de serviços de reparação, peças originais e novas, adequadas ao uso pretendido, por peça.....	0,6% do valor total do contrato
3. Deixar de comunicar disponibilidade ou fornecer novas versões dos <i>softwares</i> ou <i>patches</i> de correção empregados na solução, por ocorrência.....	0,125% do valor total do contrato
4. Retirar equipamento das dependências da Câmara dos Deputados sem autorização do Departamento de Material e Patrimônio, por equipamento.....	0,2% do valor total do contrato
5. Cometer infrações cujas penalidades, somadas, atinjam valor correspondente a 20% do valor total do Contrato.....	Cancelamento parcial ou total da Nota de Empenho e/ou rescisão contratual (sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis).
6. Recusar-se, a qualquer tempo, a prestar o serviço.....	20% do valor remanescente do Contrato (sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis).

2. O valor das multas aplicadas será descontado dos pagamentos das faturas devidas pela Câmara dos Deputados ou recolhido pela CONTRATADA à Coordenação de Movimentação Financeira, dentro de cinco dias úteis, a partir da sua notificação por carta, ou ainda, cobrado na forma da legislação em vigor, independentemente da sua transcrição.